

RESPONDER COM UNIDADE E LUTA!

fevereiro 2019

SITUAÇÃO DA UNIVERSIDADE

A situação da USP é a seguinte: temos hoje mais de 550 docentes efetivos a menos, e 3.600 funcionários demitidos, segundo levantamento feito pela ADUSP (Associação dos Docentes da USP), com base no ano de 2014. As contratações tinham sido vetadas pelo antigo reitor (Zago), assim, no caso dos professores, as vagas daqueles que deixaram a universidade, se aposentaram, ou morreram, não foram preenchidas. Recentemente, a reitoria declarou que contratará esse número de professores, até 2022.

O Hospital Universitário está praticamente sem atendimentos, após o fechamento do pronto socorro de adulto, pronto socorro infantil, fechamento de especialidades, como ortopedia, não se realiza mais acompanhamento pré natal e partos, dentre outros. Apesar do quadro crítico, o CO (abreviatura púdica de Conselho Universitário) se negou a aplicar os R\$ 48 milhões aprovados pela ALESP (Assembleia Legislativa) para a reposição do quadro de funcionários do hospital (406 trabalhadores a menos desde 2013).

Também temos centenas de bolsas estudantis cortadas. O valor da bolsa está há dez anos congelado, em R\$ 400,00. Somente em 2017, foram quase 4 mil solicitações de vagas de moradia no CRUSP (Conjunto Residencial da USP), e apenas 165 vagas concedidas. As condições de moradia no CRUSP estão muito precárias. Os prédios carecem de reforma estrutural. Há problemas elétricos, que causaram dois incêndios ano passado. Nas cozinhas, os fogões são quase inexistentes e, nas bocas que ainda funcionam, há corriqueiramente vazamento de gás, inclusive no bloco das mães. As três máquinas de lavar e uma de secar são insuficientes para a demanda (ao menos 2 mil moradores). Isso quando, em 2016, a verba para a permanência estudantil fora dobrada, mas a reitoria nunca aplicou a quantia.

A reitoria pôs fim a quase todas as creches dos vários campi. No campus Butantã, resiste apenas uma, após o fechamento de outras duas, em 2017. Além disso, ela segue em descumprimento do CO, que decidira pelo preenchimento máximo das vagas, assim como em descumprimento judicial, que também deu causa ganha ao movimento de ocupação da Creche Oeste, em favor de sua reabertura.

A reitoria é conivente à violência à mulher e defensora dos estupradores, como ficou claro no caso da faculdade de medicina, em 2014. Uma CPI foi aberta e nada se resolveu. Ainda em relação à violência à mulher e a homossexuais, no CRUSP, há recorrentes casos de violência doméstica, em que o agressor, em quase todos os casos, sai impune e acobertado pela burocracia, que pôs fim à “Comissão Autônoma e tripartite”. Comissão esta que tinha o objetivo de apurar os casos de agressão e propor sanção. Essa comissão foi fruto da ocupação estudantil da SAS (Superintendência de Assistência Social) em 2016, em resposta ao recorrente silêncio da burocracia universitária. Ela foi reconhecida judicialmente, mas, novamente, segue-se em descumprimento judicial.

A reitoria também não acatou a decisão da justiça, que ordena o pagamento dos salários dos funcionários, pela greve em 2016. E, em ofensiva no ataque ao movimento sindical, desalojou o Sintusp (Sindicato dos trabalhadores da USP) de sua sede histórica há mais de 50 anos.

A reitoria, por anos, se negou a aplicar a lei das cotas, sancionada em 2014. Após a implementação gradativa, a partir de 2018, não executou as devidas políticas de permanência, para que os ingressantes pudessem manter-se na universidade. e assegurar seu direito a estudar, vide as condições calamitosas em que se encontra o CRUSP.

A reitoria alega que todas as medidas discriminadas acima (não contratação de professores, demissão de funcionários, congelamento da bolsa, fechamento de creche, etc.), se deveram a problemas financeiros. No entanto, resta a dúvida: *o que é feito com o orçamento da universidade, que é bilionário?* Somente em 2019, será de R\$ 5,7 bi. O próprio Tribunal de Contas do Estado de São Paulo reprovou inúmeras vezes a prestação de contas da USP.

Mas, o que a reitoria não explica é o porquê das sucessivas reformas do piso da praça do relógio. Também não explica o que é e qual a causa dos milhões aplicados na construção do prédio próximo ao P3 (portão 3). Sequer explica os milhões na compra de tapetes luxuosos. Não demonstra a necessidade dos R\$ 700 mil aplicados na cerca da ECA (Escola de Comunicação e Artes), além de também não deixar claro o porquê de tanto dinheiro despendido numa simples cerca. E, principalmente, não divulga que há docentes da alta casta administrativa que ganham supersalários, de até centenas de milhares de reais por mês.

A reitoria simplesmente alega problemas financeiros, sem provar nada, e recorre à privatização e precarização do ensino, como formas de solução. Mas, mesmo antes do anúncio (em 2014) da crise financeira, vinha-se aumentando em larga escala a terceirização, seja nas áreas de limpeza, portaria e terceirização dos bandejeões. Por duas vezes – em 2013 e em 2016 –, houve greve das terceirizadas da limpeza por falta de pagamento dos salários. A burocracia alegava não ser responsável. Além de tudo, muitos desses trabalhadores recebiam em valores líquidos menos de um salário mínimo.

O mais recente caso de trabalho precarizado é o de 2018, cujos funcionários terceirizados, recém-contratados para o bandejão central, não tinham e seguem não tendo o direito de se alimentar da comida que produzem, não têm local próprio para trocarem de roupa, e ganham salário menor do que os funcionários efetivos.

Outra face da privatização está nas fundações privadas. Na USP, elas existem às dezenas e parasitam os recursos públicos. Há muitas pesquisas, sob os cuidados dessas fundações, que seguem em segredo de justiça, mas que utilizam recursos, espaço físico e pessoal da universidade. São geridas por docentes da casta burocrática, que, embora tenham vínculo empregatício de dedicação de tempo integral, além de ganharem os super salários pela universidade, ganham também os milhões advindos dessas fundações. Um dos casos mais explícito é a FIA (Fundação Instituto de Administração), que iniciou seus trabalhos dentro da USP, hoje possui vários prédios próprios, e passou a ofertar cursos de graduação privados.

A tendência privatista ganhará proporções ainda maiores, pois, segundo o relatório final da empresa McKinsey – contratada pela burocracia universitária para apresentar formas alternativas de captação de recursos – propõe-se cobrança de estacionamento dentro do campus, cobrar aluguel pela moradia estudantil, expandir os cursos pagos de extensão, cobrar por pós-graduação, dentre

outros.

Finalmente, há uma forte pressão, advinda da burguesia paulista, pela cobrança de mensalidade nos cursos de graduação. Há pelo menos dois anos que os jornais burgueses publicam artigos defendendo a cobrança de mensalidade.

Este é um breve relato da atual situação da universidade, que você não encontrará em nenhum manual que a burocracia universitária ou direções estudantis lhe entregarão.

HISTÓRICO DE LUTA

Nos últimos anos, o movimento estudantil da USP tem protagonizado uma série de movimentos grevistas e ocupações, contra as políticas privatistas e de maior sucateamento da universidade. Podemos destacar:

2002 – greve estudantil da FFLCH, de 106 dias, que conseguiu a contratação de 92 professores na ocasião; essa greve passou por cima da maioria das direções dos CAs, que, então, estavam contra. O DCE não se preocupou em ampliar o movimento para o restante da USP;

2007 – ocupação da reitoria e greve estudantil, que resultou no recuo do governo Serra, o qual pretendia maior intervencionismo do Estado na USP; conquistou a construção do bloco A1, para moradia estudantil; e abertura do bandeirão nos domingos e café da manhã;

2011 – ocupação do prédio de Administração da FFLCH, seguida pela ocupação da reitoria e greve estudantil contra a presença da polícia militar na universidade. A greve não conseguiu evitar o convênio, e foi duramente reprimida, com 72 processos criminais e administrativos contra estudantes e funcionários. A direção do DCE (PSol) estava declaradamente contra a ocupação, e, durante a greve, tentou um acordo com a reitoria ao redor de um “plano de segurança”, que envolvia presença da PM no campus;

2013 – multitudinárias assembleias decretaram greve estudantil, e se colocaram pelo fim do reitorado e instalação de um governo tripartite na USP; também houve ocupação da reitoria. O movimento foi abandonado pela direção do DCE (PSol) no decorrer da luta, que se enfraqueceu e teve como conquista um avanço na consciência coletiva dos estudantes, ao ter levantado massivamente a bandeira do Governo Tripartite;

2014 – a partir desse ano, as greves estudantis passaram a perder força. As direções defenderam apenas apoiar a greve de professores e funcionários contra o congelamento salarial, mesmo quando a reitoria atacava a todas as categorias sob o pretexto de “crise financeira”. Sob uma política de esvaziamento das direções, os estudantes aprovaram a greve, mas se mantiveram passivamente em casa, sem que tivessem qualquer força de pressão.

2016 – esse ano foi marcado pela Ocupação da SAS, contra a convivência da burocracia universitária aos inúmeros casos de agressão à mulher no CRUSP. Esta ocupação foi parcialmente vitoriosa, na medida em que conseguiu uma de suas reivindicações mais importantes: *Comissão Autônoma Tripartite*, cujos membros foram eleitos em assembleias. Tivemos também uma greve de professores e funcionários, com maior participação estudantil, sobretudo de moradores do CRUSP. Estes não conseguiram fazer aprovar nas assembleias gerais a ocupação dos prometidos Blocos K e L para

a moradia, e sofreram com a repressão policial quando tentaram ocupar, por decisão da assembleia de moradores.

2018 – iniciou-se uma greve unitária por permanência estudantil. No entanto, docentes e os funcionários suspenderam a greve após receberem reajuste salarial, deixando os estudantes sozinhos. A direção do DCE (PT) realizou inúmeras reuniões com a reitoria, às costas dos estudantes, o que se tornou um dos motivos de grande choque com a base do movimento. A reitoria publicou uma nota, oferecendo promessas velhas, e nunca cumpridas, de reparos e wifi no CRUSP, assim como aumento o teto da renda per capita para inscrição no PAPFE (Programa de Apoio à Permanência e Formação Estudantil) – um aumento na demanda, e não na oferta de bolsas. A isso a direção do DCE chamou de vitória. O CRUSP segue sem os reparos e a internet, e aumentou a concorrência no PAPFE.

CONJUNTURA

Em 2018, às vésperas das eleições burguesas, a direção do DCE (PT) convocou uma assembleia geral estudantil, cuja pauta foi “combater o fascismo”. Nessa assembleia, o PT defendeu, e foi aprovado, o apoio à Haddad enquanto expressão de uma candidatura antifascista. Organizaram-se comitês e calendário de panfletagem, chamando o voto em Haddad. No entanto, tão logo encerrou o segundo turno, o PT recuou diante da “grande ameaça fascista”. Recolheram os comitês, e nada mais foi organizado. Horas depois

da Posse de Bolsonaro, Haddad publica uma mensagem em que desejava “sucesso” à Bolsonaro, dizendo reconhecer o resultado “legítimo” das urnas. As centrais sindicais, incluindo a CUT, dirigida pelo PT, soltaram uma nota anunciando “oposição propositiva” ao novo governo.

Como se vê, o PT nunca esteve disposto efetivamente a combater o fascismo.

Criaram uma fraude eleitoral de um candidato antifascista, e, sob essa fraude, arrastaram um setor considerável da classe média, em particular, um setor expressivo da vanguarda do movimento, a votarem em Haddad. Todas as demais correntes de esquerda se perfilarão por detrás da política do PT. No entanto, essa política, em nenhum momento, se voltou efetivamente a combater as tendências fascistas, sequer a se opor de modo contundente ao governo Bolsonaro.

O fato é que estamos diante de um governo altamente militarizado. Nem mesmo no Regime Militar, o exército ocupou tantos postos no Estado. Impor-se-á de maneira altamente autoritária contra as massas, desfechando os ataques mais profundos, a começar pela reforma da Previdência. Só essas razões deveriam ser suficientes para o PT organizar uma resistência nacional contra o governo de Bolsonaro. Entretanto, o que se viu foi uma campanha limitada exclusivamente ao período eleitoral. Não houve protestos de rua, nem na posse, nem depois dela. Conduta esta coerente com um partido cuja estratégia partidária é chegar ao poder do Estado burguês. No entanto, pouco coerente com seu discurso radicalizado.

É preciso desde já organizar o movimento, nos trilhos do que foi a Greve Geral de 28 de abril de 2017. Somente uma mobilização nacional, radicalizada e que pare a produção social – que somente a classe operária poderá fazer – conseguirá reunir a força suficiente para derrotar o governo fascista de Bolsonaro.

Somente uma mobilização nacional, radicalizada e que pare a produção social conseguirá reunir a força suficiente para derrotar o governo fascista de Bolsonaro.